

DESESTRUTURAÇÃO DO MODO DE VIDA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO ESTRATÉGIA PARA EXPANSÃO CAPITALISTA EM RONDÔNIA

William Kennedy do Amaral Souza
Instituto Federal de Rondônia – IFRO (Brasil)
Endereço eletrônico: william.souza@ifro.edu.br

Ana Lúcia Cardoso
Instituto Federal de Rondônia – IFRO (Brasil)
Endereço eletrônico: cardosomartinsal@gmail.com

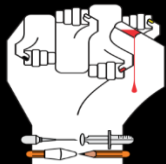
1022

No vale do rio Madeira, em Rondônia, temos (e tínhamos) inúmeras comunidades tradicionais formadas por seringueiros¹ que chegaram tanto no primeiro ciclo da borracha (1879-1912), quanto no segundo (1942-1945). Tais comunidades se mantinham a partir do extrativismo e da agricultura de subsistência. Com a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, povos e comunidades tradicionais foram duramente atingidos em seu modo de vida.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, realizado para construção das usinas, cerca de 2.400 ribeirinhos (cerca de 700 famílias) perderam seus territórios para essas barragens. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) contesta esses números e diz que houve deslocamentos compulsórios de cerca de cinco mil famílias entre 2008 e 2012. Esta é uma questão central porque a legislação é falha ao definir quem são as pessoas atingidas pelas barragens. O que se tem como referência é a lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, mas não define quem são as pessoas atingidas e nem o que se deve fazer com essas pessoas. Diante desse vazio jurídico, os consórcios empresariais que construíram as usinas no rio Madeira fizeram a sua própria definição de atingido(a), o que se mostrou uma ação extremamente maléfica para os trabalhadores das comunidades ribeirinhas.

A partir da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, houve um processo de desestruturação social das comunidades e famílias ribeirinhas que foram deslocadas pelos barramentos. Mais da metade desses deslocamentos foi efetuada mediante indenizações ou cartas de crédito, o que implica no apagamento da memória de comunidades tradicionais. O MAB, geralmente, se coloca contra as indenizações totais, que são aquelas em que o consócio construtor das usinas paga em uma única

¹ Em sua maioria, são migrantes nordestinos que se casaram com mulheres de diversas etnias indígenas da região, fazendo de Rondônia um estado repleto de miscigenação.



parcela todo o direito calculado para os moradores. Segundo Naiara, que é uma militante do MAB, “as pessoas das comunidades nunca lidaram com essa quantia de dinheiro de uma só vez. Acabam se perdendo com isso”. O que Naiara indica é que muitos moradores acabam gastando o dinheiro com coisas supérfluas e depois não há mais o que fazer. Augusto, que também é militante do MAB completa dizendo que:

as indenizações totais são uma falácia, um engano, porque muitas vezes a família recebia sei lá, 80 mil, 90 mil e diziam: ah, está bom. Vamos embora para Porto Velho e a gente se ajeita lá. Chegando em Porto Velho compravam uma casa com esse dinheiro e depois fazer o que sem emprego e sem qualificação? Passava-se cinco, seis meses e essa família via que tinha feito um mal negócio em aceitar a indenização. Mas aí, a usina não tem compromisso nenhum mais. (AUGUSTO em entrevista concedida a SOUZA, 2020).

1023

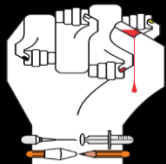
Na pesquisa que apresentamos foram entrevistados trabalhadores e trabalhadoras dos Reassentamentos Santa Rita e Morrinhos, que estão em áreas contíguas a BR 364 e da comunidade de São Carlos do Jamari, que estão as margens do rio Madeira. No caso dos reassentamentos, o MAB defende que os trabalhadores sejam realocados em territórios que se assemelhem o máximo possível ao território anterior em que os trabalhadores viviam. Mas em Rondônia isso não acontece. Para Augusto, “o grande problema é que os reassentamentos não reproduzem os lugares de origem desses trabalhadores. São lugares secos, sem rios, com o solo impróprio para a agricultura e com o lençol freático contaminado e, portanto, com a água imprópria para o consumo”. Como nos disse D. Aline:

eu nasci, me criei e criei a minha família na barranca de um rio. As outras pessoas aqui do reassentamento também. Todo mundo aqui foi beradeiro, todo mundo aqui viveu d’água. Atacaram a gente no nosso modo de viver. Se não temos o rio, não temos vida. (D. ALINE em entrevista concedida a SOUZA, 2020).

O problema é a necessidade imediata. Naiara nos diz:

você já foi desalojado, está vivendo no ginásio da escola, ou de favor com algum parente, sem ter um chão para plantar e produzir, vivendo de cesta básica que é entregue como se fosse esmola, aí quando aparece o seu novo lote e a sua nova casa, você vai. Mesmo a contragosto você vai. Porque o referencial é a sua situação de momento. (NAIARA em entrevista concedida a SOUZA, 2020).

Isso representa um cerceamento físico, moral e afetivo das comunidades, porque dificulta o processo produtivo e quebra a relação de apego e estima que se tem com o



seu território. E para povos e comunidades tradicionais, o modo de vida e o território são complementares. Nas comunidades que estivemos, há associações de moradores que lutam por sua manutenção, organizando a resistência em vistas ao ataque do empresariado sobre seus territórios. Essa resistência é feita pela afirmação dos modos de vida, pela insistência em manter um jeito de realizar o seu “estar no mundo”.

Mas não faltam ações que visam à desestruturação dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e de sua cultura. A cultura é o processo pelo qual o ser humano acumula as experiências que vão sendo capaz de realizar. As comunidades resistem, aprendendo cotidianamente com o trabalho, mantendo as relações econômicas baseadas na cultura, fortalecendo os laços de mutualidade e coletividade, enfim, lutando pelos seus modos de vida² e, conseqüentemente pela defesa do território.

O ataque aos modos de vida vai direto nos alicerces da vida em comunidade, por isso falamos em **desestruturação dos modos de vida**. Quando povos e comunidades tradicionais perdem os seus territórios, precisam adentrar novos espaços sociais e estruturar novamente os seus modos de vida. O grande problema é que já o fazem em novas bases, geralmente com a interferência do modo de produção capitalista.

Em Rondônia, os agentes do modo de produção capitalista desestruturaram os modos de vida de povos e comunidades tradicionais ao dificultar as **maneiras de produzir**, como no exemplo dos reassentamentos Santa Rita e Morrinhos, onde as plantações não conseguem dar frutos, com a maioria das espécies morrendo antes da primeira floração. Lá Artur afirmou que “a terra não é produtiva, o lençol freático está contaminado e com isso as plantações não vingam.”

O modo de produção capitalista desestrutura os modos de vida de povos e comunidades tradicionais quando dificulta as **maneiras de consumir**, como no exemplo da comunidade São Carlos do Jamari, onde Leandro afirmam que muitos moradores da comunidade estão com medo de comer peixes do rio Madeira porque “a construção das usinas mexeu com o fundo do rio e o mercúrio dos antigos garimpos que já estava assentado voltou para o meio do rio. Com isso os peixes são contaminados”.³

Povos e comunidades tradicionais sofrem tentativas de desestruturação dos seus modos de vida quando são dificultadas as **maneiras de distribuir os frutos do trabalho**, já que a construção das usinas os forçou a saída dos seus territórios e, por conseguinte, precisam encontrar novas formas de distribuição. A mudança de território

² Sobre modos de vida, ver SOUZA (2020).

³ Para saber mais sobre os impactos ambientais provenientes das usinas, consultar Fearnside (2015).



ou a transformação das identidades costuma ser traumática e exige da classe trabalhadora um esforço no sentido de compreender a conjuntura para que as lutas possam ser mantidas. Estamos entendendo identidade na concepção de Godelier (2012) que a define como “a cristalização no interior de um indivíduo das relações sociais e culturais no seio das quais ele/ela está engajado(a) e que ele/ela é levado(a) a reproduzir ou a rejeitar”. Essa definição tem como base o que Godelier entende por território:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte de seus recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER, 1989, p. 107).

1025

Quando a mudança no vínculo que nos une ao território acontece, estamos perante um processo de **desterritorialização** que, sinteticamente, pode ser definido como uma perda do controle das territorialidades pessoais ou coletivas e que acarreta a quebra dos vínculos econômicos, simbólicos e afetivos. A perda do controle das territorialidades quase sempre vem com o afastamento dos trabalhadores de seus territórios e depois com a perda efetiva do território.

Lembremos que no processo de desterritorialização⁴ está implícito o processo de reterritorialização. As reterritorializações têm se caracterizado por serem processos em que o domínio dos novos territórios tem sido dividido entre trabalhadores e empresas capitalistas. Quase sempre, a reterritorialização é controlada para que esses trabalhadores estejam cada vez mais disponíveis como mão de obra no modo de produção capitalista.

Ora, os relatos de nossa pesquisa indicam que essas comunidades sempre se mantiveram pelos princípios de mutualidade e coletividade. Ao viver em permanente disputa pelos territórios, as experiências acumuladas encorajaram esses trabalhadores a se organizarem na luta pelo Comum⁵, **que é o mote para a manutenção dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais**. Para povos e comunidades tradicionais, o Comum é a terra onde vivem e plantam, o rio onde pescam, as castanheiras etc.

Na pesquisa que aqui apresentamos, essa questão se apresenta mais fortemente nos reassentamentos. Porque o reassentamento revela o acirramento da contradição a um ponto que só resta a ruptura, com os moradores das comunidades sofrendo os

⁴ Para a discussão sobre desterritorialização e reterritorialização ver Haesbaert (2004).

⁵ Para o debate sobre o conceito de Comum ver Dardot; Laval (2017).



maiores impactos dessa cisão. E o que torna essa questão tão dramática é o espaço de tempo em que a ruptura acontece. No caso rondoniense, os estudos de inventário e viabilidade das usinas aconteceram em 2001 e o início do funcionamento das usinas se deu em 2012. Em pouco mais de uma década, desestruturaram-se modos de vida que foram gestados durante cerca de 150 anos – considerando a chegada de migrantes internos no primeiro ciclo da borracha – ou há muito mais tempo, se levarmos em conta que os migrantes se misturaram aos indígenas locais na estruturação de seus modos de vida. A luta é árdua e contínua. Na comunidade de São Carlos do Jamari, Leandro diz:

1026

o nosso modo de vida foi atravessado pelas usinas. A pesca é mais difícil, porque tem peixe que não entra mais no Madeira. A agricultura também foi afetada porque a gente não sabe mais quando e onde teremos praia para plantar. Tudo isso tem uma intenção que é tirar a gente daqui. Eles sabem que tem muita gente que se não consegue manter o modo de vida, acaba abandonando o território. Mas também tem muita gente que fica e que mantém a luta pelo território. (LEANDRO em entrevista concedida a SOUZA, 2020).

PALAVRAS-CHAVE: Modos de vida. Povos e comunidades tradicionais. Desestruturação. Experiência. Cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.334**, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12334-20-setembro-2010-608607-publicacaooriginal-129691-pl.html>. Acesso em 12/11/2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material**: Pensamiento, economías, sociedades. Madri: Taurus Humanidades, 1989.

_____. **Comunidade, Sociedade, Cultura**. Três modos de compreender as identidades em conflito. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, William Kennedy do Amaral. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

Realização:



Apoio:

